

...SBS, Acunato Cabana, Danilo Vignoli (paralelo), Miguel de Oliveira (paralelo), José Carlos (paralelo), João Roberto (paralelo), Wellington (paralelo) (paralelo)
 ...SBS, Acunato Cabana, Danilo Vignoli (paralelo), Miguel de Oliveira (paralelo), José Carlos (paralelo), João Roberto (paralelo), Wellington (paralelo) (paralelo)
 ...SBS, Acunato Cabana, Danilo Vignoli (paralelo), Miguel de Oliveira (paralelo), José Carlos (paralelo), João Roberto (paralelo), Wellington (paralelo) (paralelo)

PABLO ORTELLADO



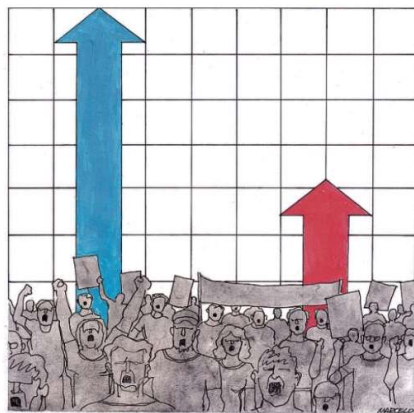
Compromisso republicano

No último domingo, coordenei com meu colega Marcio Moretto uma pesquisa sobre os bolsonaristas mobilizados na Avenida Paulista. Medimos o tamanho da manifestação com fotos aéreas de drone, depois contamos os manifestantes com um software de inteligência artificial (IA). Com nossa equipe, realizamos 575 entrevistas investigando a demografia, a identidade política e a opinião dos manifestantes sobre uma série de questões políticas. Publicamos todos os resultados aqui no GLOBO. O trabalho deveria ser uma pesquisa acadêmica, distanciada, na medida do possível. Mas, como tratamos de temas políticos contemporâneos, fomos rapidamente traídos para o centro do debate político. Queria repartir aqui algumas reflexões sobre as dificuldades de fazer ciência social e divulgá-la num ambiente político carregado de polarização.

O primeiro resultado que divulgamos foi a estimativa do tamanho da multidão na Paulista. Fazemos essas estimativas com software de IA treinado para contar manifestantes com fotos aéreas nas condições brasileiras. É um método que tem suas limitações. Agente não conta quem está embaixo de árvores e marquises e não consegue capturar o fluxo de quem entra e sai da manifestação. Além disso, o software não reconhece todas as pessoas, contando um pouco a mais e um pouco a menos — o que se chama, tecnicamente, de precisão e acurácia. Ele pode não reconhecer uma cabeça porque a pessoa está de boné e achar que um cone na rua é uma cabeça. No final, somando essas imprecisões, chegamos a uma margem de erro de 12%, para mais ou para menos.

Nossa estimativa de 185 mil pessoas, às 15h, era um número excepcionalmente alto. Fizemos questão de ressaltar isso, listando todas as outras medições que fizemos e mostrando ser o maior número que havíamos encontrado numa manifestação no Brasil em dois anos. Era mais de o triplo da celebração da eleição de Lula na Paulista em 2022. Isso deveria ser boa notícia para a direita, mas setores desse campo político reagiram ao número atacando a USP, a universidade a que nos filiamos.

Os ataques se devem, fundamentalmente, à falta de confiança da direita na univer-



sidade. Embora tenhamos enfatizado que 185 mil pessoas era, comparativamente, um número muito elevado, a Polícia Militar deu uma estimativa muito maior: 750 mil pessoas. A PM aparentemente usou uma medição da área do protesto e a multiplicou por uma densidade estimada (quantas pessoas, aproximadamente, achava que havia por metro quadrado). É um jeito mais grosseiro de estimar que o nosso — e, a meu juízo, um número inverossímil. Mas não é a divergência metodológica o importante aqui. Importa que esses números muito divergentes — um produzido pela PM, que a direita adora, e outro, pela universidade, que detesta — levaram a uma campanha de ataque à universidade.

Márcio e eu, os coordenadores da pesquisa, temos posição política — como todos os cidadãos brasileiros. Márcio é diretor do sindicato e a PM aparentemente usou uma medição da área do protesto e a multiplicou por uma densidade estimada (quantas pessoas, aproximadamente, achava que havia por metro quadrado). É um jeito mais grosseiro de estimar que o nosso — e, a meu juízo, um número inverossímil. Mas não é a divergência metodológica o importante aqui. Importa que esses números muito divergentes — um produzido pela PM, que a direita adora, e outro, pela universidade, que detesta — levaram a uma campanha de ataque à universidade.

Não deveria haver problema em termos de esquerda e fazermos ciência social — assim como não deveria ser um problema eu ser de esquerda e escrever no jornal. O GLOBO, como todos os jornais sérios, separa a reportagem, onde se determinam os fatos, das opiniões políticas, expressas nas colunas. O jornal tem colunistas de esquerda, como eu, e outros mais de direita, como

meu colega de sábado, Eduardo Affonso. Essa pluralidade existe para ajudar leitores, das duas orientações, a interpretar os fatos trazidos pela reportagem.

Na ciência social, a orientação política tem impacto na pesquisa, mas não deveria jamais distorcer os resultados. A visão de mundo de quem conduz a pesquisa certamente condiciona a agenda de pesquisa e a abordagem das questões sociais — por isso defendendo que tenhamos mais pesquisadores conservadores. Porém, como cientistas sociais sérios, nos esforçamos muito para nossas opiniões não distorcerem os resultados. Nosso objetivo não é desqualificar as mobilizações sociais que estudamos, mas compreendê-las. Se baixamos uma estimativa de público ou distorcemos a caracterização do público, é nossa compreensão que sai prejudicada.

A falta de confiança na universidade é um tema que me preocupa. Muitos colegas professores acham que eu não deveria perder meu tempo dando satisfações à direita. Penso o contrário. Acreditamos que a universidade precisa negar a confiança da parcela da população que é de direita e que faz parte da cidadania que nos financia. É um compromisso republicano.

A democracia brasileira passa por um momento delicado. Se o antagonismo que assistimos continuar escalando, terminaremos em autoritarismo e violência. Não temos saída nesta democracia se não aprendermos a conviver, com respeito.

EDUARDO AFFONSO



O golpe do golpe

O "patriotas" que avançaram sobre a Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023 não têm do que reclamar. Pediam um golpe — e o golpe veio. Não o que eles queriam dar, mas aquele em que acabaram por cair.

Foram vítimas do "conto do capito", não muito diferente das clássicas arapucas da crônica policial. Pensaram ter comprado um bilhete premiado: bastava acampar na porta de um quartel, cantar um hino, depredar alguns imóveis e depois resgatar o prêmio: uma ditadura para chamar de sua. Melhor que isso, só terreno na Lua.

Cerca de 2 mil foram presos. Mais de cem já receberam penas de três a 17 anos de cadeia, pelos crimes de associação criminosa armada, dano qualificado, tentativa de golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e deterioração de patrimônio tombado. Já o grande golpista... esse discursava (livre, leve e ainda solto) na Avenida Paulista — depois de mandar irremediavelmente o golpe enquanto ele apreciava a demolição das instituições, com R\$ 800 mil no bolso, um condomínio em Miami. Se desse certo, ele assumia. Desse errado, não era dele a culpa do vexame.

Quem também caiu num golpe foram os "democratas" que, mandando às favas os escrúpulos de consciência, embarcaram na canoa furada de uma frente antifascista, anti-tudo-de-ruim-que-exista.

Uma improvável Arca de Noé, pilotada pela esquerda, que, passado o dilúvio, permitiria a nova aliança nacional para reprovocar a política: um casal de liberais, um casal de reestatistas, um casal de sociais-democratas, um

casal de stalinistas, um casal de economistas responsáveis, um casal de desenvolvimentistas, um casal de repressantes do povo, um casal de populistas. Deu no que deu — ou pior: no que está dando e no muito que ainda pode vir a dar.

(O ditador russo tortura e mata mais um opositor, e a esquerda não dá um pio. O ditador venezuelano prende mais um adversário, e a esquerda nem pisca. Os terroristas que dominam Gaza tomam civis como escudo humano — fazendo tanto o israelense sequestrado quanto seu próprio povo de refém —, e a esquerda sem soltar a mão de ninguém. Onde será que foi parar aquela gente que denunciava violação dos direitos humanos, que pedia eleições livres, que era contra a opressão?)

Nada muito diferente do protoditador que até outro dia ocupava a Presidência. Iniciou o desmonte das medidas anticorrupção, e a direita (empresarial) viu vantagem. Tentou transformar o país numa república de bananas, e a direita fez cara de paisagem.

O que nos salvou do "golpe cívico-militar" não foi a resistência democrática, mas a incompetência atávica de jaires, helenos, bragas, pazuolos, cids, silvíneos. O que esperar de quem grava reunião secreta, imprime e guarda minuta de golpe na gaveta, se cala na PF e confessa, em cima do carro de som, tudo de uma vez?

Há que prosseguir nas investigações para identificar quem articulou o golpe de janeiro e ter todos os elementos para que seja punido — mas só pode ser ironia falar em "determinar a autoria intelectual" de um evento sem nenhum intelecto envolvido.

Quanto ao outro golpe — o da tábua de salvação da civilidade e da democracia —, esse foi tão bem aplicado que não dá nem para registrar B.O. numa delegacia.

ARTIGO

De volta às origens

HELENA SEVERO E
MARIA EDUARDA MARQUES

O jornal El País destacou em editorial do último dia 15 a proposta lançada pelo ministro da Cultura da Espanha, Ernest Urquiza, de iniciar um processo de "decolonização" dos museus espanhóis, a exemplo do que vem ocorrendo nas maiores instituições museológicas do mundo, como o Metropolitan Museum of Nova York, o Louvre de Paris, o Museu Britânico de Londres e o Rijksmuseum de Amsterdam. Para o ministro espanhol, a decolonização não implica a exclusão de artefatos recolhidos por peças acumuladas durante a vigência do império espanhol, mas sim a promoção de uma revisão historiográfica rigorosa, livre de anacronismos e de contendas ideológicas, de modo a ensejar novas narrativas e interpretações.

Mesmo levando em conta a complexidade de elementos envolvidos na decolonização dos museus, não resta dúvida de que a devolução às origens de artefatos recolhidos pela força dos impérios coloniais na África, Ásia e nas Américas tem relevância central nesse debate. Nas últimas décadas, cresce e toma forma o movimento pelo fim do "exílio forçado" desse patrimônio, principalmente em instituições europeias e americanas. A Grécia clama pela devolução dos mármore do Partenon de Atenas levados

para Londres pelo Conde de Elgin. Os egípcios, prestes a inaugurar oficialmente o Great Egyptian Museum, querem de volta a Pedra de Roseta, erigida no Egito ptolêmico, hoje em exibição no Museu Britânico. E os brasileiros ficam, um pouco felizes com a guarda definitiva da Carta de Caminha, considerada a certidão de nascimento do Brasil. O documento, que pôde ser visto por um breve período de tempo durante a exposição "Brasil + 500 Mostra do Desdobramento", em São Paulo, permanece na Torre do Tombo, em Lisboa.

Na mesma mostra, também figurou o belíssimo manto tupinambá, tecido pelos indígenas habitantes do litoral nordestino, que foi ofertado pelo conde Maurício de Nassau ao rei da Dinamarca. A recente repatriação da vestimenta sagrada consagra uma vitória de inestimável valor simbólico para a preservação e a integridade do patrimônio dos povos originários brasileiros. O manto integra hoje o acervo do Museu Nacional e deverá ser exibido ao público quando da reabertura da instituição ao fim das obras de restauro.

Como bem colunista do ministério da cultura da Espanha, a decolonização não diz respeito apenas à devolução de obras e artefatos. O Rijksmuseum patrocinou a visita de histori-

dores brasileiros para revisar as legendas de seu vasto acervo relativo ao Brasil holandês. Alguns valiosos retratos de importantes dignitários da Câmara de Amsterdam, pintados por Rembrandt, foram identificados como proprietários de terra e de escravos no Brasil. Importa aqui a produção de informação e de contextualização ampliadas.

Nesse sentido, merece destaque o esforço pioneiro do governo brasileiro, notadamente do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Cultura, em reproduzir e tornar disponível ao público a documentação colonial relativa ao Brasil guardada nos principais arquivos de países europeus. O projeto Resgate Barão do Rio Branco, instituído nos anos 1990, durante o governo Fernando Henrique, logrou "repatriar" uma rica documentação sobre nosso passado colonial adentrando no século XIX. Foi uma ação inspiradora de decolonização *avant la lettre*, que aponta para a presente proposta do ministro da Cultura da Espanha. Em meio às tensões ideológicas que moldam as sociedades contemporâneas, o Brasil tem acumulado diversas experiências construtivas de reivindicações negociadas, que colocam no cerne desse caloroso debate, em que os valores culturais e as instituições museológicas assumem um protagonismo geopolítico global.

Helena Severo é cientista social.
Maria Eduarda Marques é historiadora.